



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 11, número 2, maio-ago. 2022

OS DISPOSITIVOS DE CONTROLE DO CORPO FEMININO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ENUNCIADOS SOBRE OS PROJETOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ABSORVENTES NO BRASIL



THE FEMALE BODY CONTROL DEVICES: AN ANALYSIS FROM THE RELEASE ON ABSORBENT DISTRIBUTION PROJECTS IN BRAZIL

Jacyane Dantas de SOUSA
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | A AUTORA
RECEBIDO EM 13/11/2021 • APROVADO EM 17/06/2022
DOI: 10.47295/mgren.v11i2.386

Resumo

O artigo tem por objetivo problematizar os discursos em torno dos programas que visam fornecer absorventes higiênicos às mulheres em vulnerabilidade social, mostrando como os efeitos causados pelos dispositivos de poder que atuam em nossa sociedade são capazes de legitimar tais discursos. Para tanto, retomam-se as verdades construídas por meio das técnicas de poder que, ao longo da história, puderam controlar o corpo feminino e fazer da menstruação um assunto tabu. Adotaremos como ferramenta de análise as contribuições da Análise do Discurso foucaultiana: o método arqueológico de análise dos enunciados e, principalmente, os métodos de investigação capazes de detectar os tipos de mecanismos desenvolvidos para o exercício de poder no meio social, tais como: o poder disciplinar e o biopoder.

The article aims to problematize the discourses around programs that aim to provide sanitary napkins to women in social vulnerability, showing how the effects caused by the power devices that act in our society are able to legitimize such discourses. Therefore, the truths constructed through the techniques of power that, throughout history, have been able to control the female body and make menstruation a taboo subject, are resumed. We will adopt as an analysis tool the contributions of Foucault's Discourse Analysis: the archaeological method of analysis of statements and, mainly, the investigation methods capable of detecting the types of mechanisms developed for the exercise of power in the social environment, such as: power disciplinary and biopower.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Poder. Mulher. Menstruação.

Keywords: Power. Women. Menstruation.

Texto integral

Introdução

Desnaturalizar práticas sociais é um dos principais objetivos do presente artigo, uma vez que este obedece aos procedimentos de pesquisa desenvolvidos pela Análise do Discurso Foucaultiana. Entenda-se por práticas sociais aqueles acontecimentos habituais, aquelas verdades, muitas vezes intocáveis e inquestionáveis, que simplesmente reproduzimos geração após geração. Não ousamos refletir sobre suas origens, recorrências e os possíveis interesses na permanência desses comportamentos no nosso meio, simplesmente assistimos passivos à aplicação dessas verdades. Colocamos desde já essa finalidade para que nossos leitores compreendam que, por mais costumeiro que possa parecer, ainda há muito o que se pensar sobre os discursos que envolvem direta ou indiretamente a saúde da mulher e os feitos de poder que estão em torno dessa problemática.

Iremos analisar os enunciados que surgem a partir da discussão em torno dos projetos que visam ao fornecimento gratuito de absorventes higiênicos às mulheres brasileiras que não possuem condições de adquirir esse item básico. Entretanto, essas argumentações deixaram de revelar apenas um posicionamento de sujeitos frente a um projeto político, e abriram caminho para detectarmos a presença de antigos discursos. Foi a porta para que pudéssemos discutir com mais atenção os ditos e os não ditos que fizeram da menstruação um assunto proibido em nossa sociedade, bem como revelar algumas das atuações de poder que sustentam e legitimam essa realidade até os dias atuais. Como bem sinaliza Foucault (2008, p. 31), uma análise no campo discursivo irá compreender o enunciado em sua singularidade, além de

Determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

Portanto, nossa pesquisa foi despertada pelas colocações em torno desses projetos, mas não se resume apenas a isso. Pretende-se mostrar: i) os arquivos

discursivos que possibilitam o entendimento de posicionamentos contrários a esses projetos; ii) quais são os dispositivos de poder que sustentam a “verdade” na qual a menstruação não pode ser tratada como um assunto de saúde pública; iii) a relevância de se observar o poder em funcionamento diante desses casos; iv) a atuação e o entendimento de uma biopolítica que é validada pelo Estado e também pela atuação de diferentes dispositivos.

Nossa análise abrange conceitos como poder, discurso e dispositivos, mas queremos apontar primordialmente a relevância de se debater sobre a posição dada à mulher diante de tudo isso. Numa sociedade que tanto silencia o papel feminino, há uma urgência em se falar sobre alguns dos discursos que limitam ou determinam o posicionamento da mulher. Não se trata de falar apenas sobre menstruação, mas de não mais silenciar diante das “verdades”¹ que impedem a sociedade de enxergar esses assuntos como importantes.

O artigo apresenta, em um primeiro momento, um breve resumo das teorias defendidas e elaboradas por Foucault durante seu estudo em torno do exercício do poder em nossa sociedade. Posteriormente, analisaremos alguns dos discursos historicamente construídos sobre o corpo e a saúde da mulher, evidenciando como discursivamente se impossibilitou a aceitação da menstruação como algo biologicamente natural. Por fim, analisaremos enunciados produzidos a partir de 2019 que tratam das medidas pensadas para solucionar o problema da pobreza menstrual no Brasil, bem como a relação desses discursos com a aplicação de um biopoder.

Poder disciplinar, biopoder e dispositivos de poder

Enxergar significações além daquilo que fora socialmente naturalizado é uma espécie de convite feito por Michel Foucault ao desenvolver e apresentar o seu estudo sobre poder. Preliminarmente, já se pode perceber que não poderíamos compreender sua teoria se continuássemos a limitar o poder a algo ou a alguém. Enquanto intelectual, sua função foi nos entregar a “caixa de ferramentas” necessária para visualizarmos aquilo que ele vai entender como uma “coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder” (FOUCAULT, 1979, p. 75). Portanto, se desejamos iniciar uma luta contra o poder, devemos primordialmente entender que ele não é propriedade de alguém, não se encontra estagnado, mas é algo que circula, que funciona como uma cadeia em movimento, podendo ser notado apenas no momento no qual está sendo exercido.

A hipótese que limita o poder à figura do Soberano, do Estado ou das leis não mais se sustenta diante da concepção que ele está por todos lados, tendo como característica essencial o fato de ser um micropoder. Só temos uma autoridade quando essa é instituída a partir do exercício do seu poder, afinal, só há poder onde

¹ "As análises de Foucault procuraram, em particular, trazer à luz as características de nosso próprio regime de verdade. Esse regime possui, efetivamente, várias especificidades: a verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; ela é permanentemente utilizada tanto pela produção acadêmica quanto pelo poder político; ela é muito largamente difundida, tanto por meio das instâncias educativas quanto pela informação; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, mídia, escrita, exército); ela é lugar de um enfrentamento social e de um debate político violentos, sob a forma de 'lutas ideológicas'". (REVEL, 2005, p. 86-87)

ele pode ser exercido. Por isso, devemos nos preocupar em observar não apenas quem o exerce, mas por meio de quais procedimentos esse poder se estabeleceu. É tornar público e notório a sua prática, os seus movimentos e as suas consequências. Recusa-se com isso a possibilidade do poder ser repressivo ou simplesmente imposto, pois se assim fosse, iríamos limitar o poder ao simplório ato de dizer não. Foucault (1979) explica:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Com isso, ao não ser repressivo, o poder permite o aparecimento da resistência. Resistir não no sentido exclusivo de não aceitação dos efeitos advindos do poder que se tenta aplicar, mas também no sentido de fazer surgir uma nova forma de poder. A resistência é então como o poder: transitável, inovadora e cada vez mais produtiva. Se hoje tantos grupos minoritários passaram a ser ouvidos, alcançaram esses status graças ao poder de resistir aos mecanismos predominantemente impostos em nossa sociedade.

Durante esse exame do funcionamento do poder, o filósofo francês detalhou algumas das características daquilo que ele posteriormente veio a chamar de Poder Disciplinar. Essa categoria de poder que a princípio surge para melhor desenvolver uma sociedade industrial capitalista, segue até hoje tendo por fundamento a regulação dos corpos através dos procedimentos disciplinares. A vigilância constante, a moldagem das atividades e comportamentos, a individualização dos sujeitos por meio do controle dos espaços são alguns dos traços encontrados nesse exercício de poder que visa uma docilização dos corpos. A aplicação dessas atividades ocorre justamente pela necessidade de se estabelecer mecanismos de controle capazes de suprir as demandas sociais, sendo então “uma nova maneira de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los” (FOUCAULT, 1979, p. 105).

O Panóptico, criado em 1785 pelo filósofo Jeremy Bentham, é tido como o modelo de cadeia ideal justamente por conseguir, através da separação dos presos e da vigilância contínua da torre, a regulação dos atos dos presos. Não tem como saber se há alguém na torre, mas a própria dúvida já funciona como dispositivo de controle. Como reflete Witzel (2014, p. 528), o poder até pode não ser visível, mas ele continuará existindo. E será ainda mais presente nas instituições que, assim como as cadeias, visam obter resultados específicos dos corpos que lhe ocupam, tais como: hospitais, escolas, indústrias e tantas outras.

Mesmo com a sua eficiência, Foucault destacou que os efeitos do poder não eram provenientes apenas dos mecanismos do poder disciplinar e, com isso, desenvolveu o conceito de biopoder. Percebeu-se que além do controle individualizante, há uma necessidade social em direcionar e dominar toda uma população. O biopoder será o dispositivo de controle capaz de moldar o homem não apenas através do seu corpo individual, mas pelos procedimentos que possam

atingir toda a sua espécie, sendo uma tecnologia que “não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes (FOUCAULT, 1999, p. 289). De forma geral, ambos atuam sobre a vida, de maneira simultânea, formando assim dois pólos que se interligam.

“É da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o seu campo de intervenção de seu poder” (FOUCAULT, 1999, p. 292). O poder continua agindo sobre os corpos não mais com o intuito exclusivo de torná-los dóceis, mas com a finalidade de dominar todo um conjunto, escolhendo quais mecanismos são capazes de gerar vida para esses corpos. E é nesse sentido que o poder disciplinar e o biopoder se complementam, pois a política de fazer viver deste, proporciona cada vez mais corpos a serem disciplinados.

Interessante entender o biopoder em oposição ao poder soberano. Enquanto este centra-se na figura de um Rei que possui o direito, instituído pelos seus súditos, de escolher quem vai morrer e quem pode viver, o segundo preocupa-se em estabelecer mecanismos capazes de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287). O rei acredita que o seu poder está em decidir sobre a morte de alguém, já o Estado, os governantes, as instituições estão exercendo seu poder quando podem proporcionar vida. Usando para isso, como bem explica Foucault (1988, p. 135), tecnologias de poder que geram saúde e que investem no corpo por meio de boa alimentação, moradia, lazer e modos de existência como um todo. É agir ao ponto de fazer com que as pessoas vivam “no mesmo momento em que elas deveriam, biologicamente, estar mortas há muito tempo” (FOUCAULT, 1999, p.296).

Há um conceito apresentado por Foucault dentro dessa genealogia do poder que de certa forma irá abarcar tanto o poder disciplinar, quanto o biopoder, além das instituições, das leis, dos espaços públicos e tantos outros que de alguma forma exercem a função de fazer o poder circular em nosso meio: os dispositivos. Não temos, porém, uma definição fechada dessa ideia, mas há traços capazes de nos revelar aquilo que Foucault quis estabelecer com o uso desse termo. O filósofo Giorgio Agamben (2009, p.29) apontou alguns desses traços:

Resumamos brevemente os três pontos: a. É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. b. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. c. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber. (AGAMBEN, 2009. p. 29).

O dispositivo é justamente a rede capaz de interligar todos esses elementos, fazendo isso para suprir algum objetivo socialmente estabelecido. Isso explica porque os dispositivos só estão em atuação quando possuem uma função estabelecida, um resultado a ser encontrado. É bem verdade que os efeitos desses dispositivos podem ficar ocultos, mas jamais deixarão de existir, pois se assim fosse, ele não seria um dispositivo. O dispositivo é “como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Portanto, quando tratamos a sexualidade como um dispositivo de poder, por exemplo, estamos apontando que as regras

sexuais impostas através da igreja, da família, do Estado, dos discursos, entre outros, exercem poder sobre os sujeitos e é por isso que todos esses elementos estarão agindo para garantir a moldagem, o controle e até mesmo a negação dos nossos corpos.

Entendendo isso, podemos refletir a partir da ideia dada por Agamben (2005, p.41) de que há duas classes bem divididas em sociedade: os seres vivos e os dispositivos. O sujeito vai aparecer justamente como produto final da relação entre essas duas classes. Sujeito por não ser apenas mais um corpo, mas o resultado dos efeitos gerados pelos dispositivos de poder.

Por consequência, a mulher, um vivo inserido dentro de uma sociedade patriarcal e machista, passou a ser alvo mais frequente desses dispositivos. Ela foi, ao longo de toda história, modelada, interceptada, controlada em falas e gestos. Nosso trabalho, a partir de agora, vai percorrer essa relação entre os dispositivos e a mulher através de um breve percurso histórico, para posteriormente analisarmos como esses dispositivos continuam atuando nos dias atuais através de novos mecanismos.

Breve percurso histórico sobre a mulher e a menstruação

Antes de iniciarmos uma análise dos enunciados produzidos em torno dos projetos que visam acesso ao absorvente higiênico, faz-se necessário retomar alguns momentos históricos que marcam a construção discursiva do corpo da mulher ao longo da história, como também da representação dada ao ciclo menstrual. Todavia, não pretendemos analisar a história em si, mas as relações de poder que foram capazes de estabelecer uma verdade absoluta sobre esses corpos em diferentes momentos. Estamos falando de corpo não como uma fonte primária, mas sim como resultado daquilo que historicamente foi construído sobre ele. Trata-se de “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros e nem falsos” (FOUCAULT, 1979, p. 7). Não pretendemos encontrar a origem desse discurso que inferioriza o corpo feminino, visto que essa não é uma preocupação dos analistas do discurso. A finalidade é essencialmente colocar quais condições permitiram o surgimento de determinados discursos à medida que outros eram excluídos.

Essa metodologia nos permitirá refletir sobre o poder conforme Foucault (1979, p. 102) nos sugere, observando não apenas o seu centro, mas principalmente suas ramificações, seus desdobramentos e os seus efeitos finais. Buscar apontar quem o detém, como também os discursos, as instituições e os sujeitos que passam a desenvolver novas técnicas com o propósito de cumprir o objetivo desse poder.

Partimos das interpretações dadas pelos estudos filosóficos da Grécia Antiga que apontavam a mulher como sendo um ser biologicamente inferior quando comparada à anatomia do homem. Aristóteles (384–322 AC) passou a detalhar as características do corpo feminino que tinham a capacidade de comprovar sua inferioridade, tais como o tamanho do cérebro, a espessura dos pelos, a quantidade de músculo, não cansando de repetir que:

As fêmeas são mais fracas e mais frias e, por natureza, apresentam uma deformidade natural. Os seios, que são maiores nas mulheres que nos homens não escapam ao olhar observador do filósofo, que, comparando-os com os músculos peitorais do tórax masculino, “carne compacta”, considera-os como intumescências esponjosas,

Vale ressaltar que os discursos filosóficos estavam diretamente ligados ao entendimento médico, visto que ambos colocavam-se como detentores do saber capaz de curar a vida. E a legitimidade da fala desses é comprovada por uma verdade científica, que vai aceitar ou excluir discursos e práticas, estabelecendo-se como um dispositivo de poder. É essa verdade inquestionável do saber médico que vai construir discursivamente uma mulher limitada às imperfeições do seu corpo e do seu sexo. Como diz Foucault (1979, p. 234), “o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência”. Um corpo frio e fraco que seria incapaz de desenvolver habilidades além da de gerar filhos. Ainda no século XIX, médicos psiquiatras apontavam a menstruação como característica de uma doença mental, uma vez que “o período menstrual predisponha todas as mulheres à loucura e à violência.” (COLLING, 2014, p.9).

Já a igreja inferioriza, por meio dos seus discursos, a mulher desde o mito da criação, fazendo acreditar que a mulher foi responsável pela chegada da maldição ao mundo e, como consequência disso, deveria ser punida com as dores do parto e com o sinal da mancha do pecado que seria a menstruação. Um dos trechos do livro Levítico (15, 19-22) aponta que a mulher menstruada ficará sete dias impura e tudo aquilo que ela tocar automaticamente também estará sujo. Ademais, a figura da Virgem Maria é usada constantemente a fim de impor a virgindade e a maternidade às mulheres.

A publicidade, por meio de sua função enunciativa, também consegue difundir esses discursos sobre as “verdades” do corpo feminino, funcionando assim como mais um dispositivo. Diversas propagandas de absorventes higiênicos destacam como fator principal para obtenção do produto não os benefícios para a saúde íntima da mulher, mas as características capazes de esconder o fluxo menstrual. Afinal, as próprias mulheres, inseridas dentro dessa rede discursiva, estão mais preocupadas em evitar uma possível mancha na roupa capaz de revelar que ela menstrua, do que necessariamente buscar aquilo que melhor atende ao seu corpo. Menstruar tornou-se algo tão proibido que essas propagandas passaram a representar o sangue menstrual por meio do uso de um líquido azul, pois seria “nojento” mostrar que as mulheres sangram. A força de todos esses dispositivos é tão forte, que o natural é aceitar que o sangue é azul e não vermelho. Nessa mesma linha, a propaganda de anticoncepcionais promete livrar a mulher da tão indesejada menstruação, mas sem jamais apontar a nocividade do uso desses medicamentos.

Todos esses pontos se interligam e trazem como consequência o controle da vida da mulher em sociedade, principalmente moldando a forma como ela lida com o seu próprio corpo. Torna-se natural o ato da mulher precisar negar e esconder algo biológico como a menstruação. E é por isso que tantas preferem tratar o assunto em cochichos quando estão em público. Diante disso, arriscamos dizer que discursivamente a menstruação passou a ser um dispositivo de poder capaz de gerir, moldar e limitar o corpo feminino e conseqüentemente suas atitudes. Sendo o dispositivo de poder tudo aquilo que direta ou indiretamente é capaz de proporcionar a manutenção de técnicas disciplinares e reguladoras, podemos dizer que a menstruação passou a funcionar como mais um dispositivo sobre o corpo da mulher. A menstruação, que deveria ser algo intimamente feminino, passou a atuar como mecanismo capaz de dominá-la.

Tomar ciência de todos esses pontos que historicamente se fizeram presentes e que até hoje, através de novas técnicas, se recolocam até os dias atuais, será fundamental para que possamos compreender os enunciados que surgiram em torno dos projetos que buscam viabilizar o acesso da mulher aos absorventes higiênicos.

Análise dos discursos sobre o fornecimento gratuito de absorventes

A partir de agora, nosso trabalho passa a analisar os enunciados produzidos sobre os projetos que tratam da gratuidade do absorvente no Brasil. Inicialmente, destacamos que nosso intuito não é estabelecer se tais projetos devem ser aprovados ou rejeitados. Estaremos investigando como essas colocações puderam fazer sentido assim como só puderam ser ditas graças a todos os discursos de verdade historicamente construídos sobre o corpo da mulher e sobre a menstruação. Toda essa investigação tem como objetivo, além de analisar os jogos de poder em exercício e em plena circulação, comprovar como o Estado, sendo uma instituição responsável pela aplicação de uma biopolítica, não age sozinho quando escolhe as medidas que visam garantir a vida da população. Analisaremos então a atuação desses dispositivos e não apenas a decisão do Estado, pois, como bem explica Foucault (1979, p. 161), não se pretende diminuir a importância do Estado, mas limitar o papel exclusivo de poder a ele, é correr “o risco de não dar conta de todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo”.

A princípio, devemos colocar que o surgimento desses projetos já marca, haja vista tudo aquilo que analisamos até aqui, uma resistência a esses mecanismos de poder que atuam sobre o corpo da mulher. Ter, na política, na mídia, no Estado e nos discursos, a presença de uma discussão sobre essa realidade, já pode ser considerado um ato de resistência e ao mesmo tempo a atuação de novas técnicas de poder. Grupos feministas, que lutam pelo direito de tornar natural aquilo que é natural, inserem-se agora no campo da criação de verdade. Não há então melhor forma de demonstrar que o poder circula e que não pertence unicamente a um grupo ou a outro.

A luta desses grupos fez com que as verdades intocáveis fossem colocadas em posição de reanálise. Atualmente, órgãos de saúde, considerando todo o campo médico e especialistas, consideram a menstruação como assunto de saúde pública, uma vez que a falta de higiene pode acarretar problemas ao corpo da mulher. Em 2014, por exemplo, a ONU apontou que o direito à higiene menstrual deve ser considerado uma questão de saúde pública e de direitos humanos. Bem como destacou que 12% da população feminina do mundo vive sem condições de cumprir com os cuidados básicos durante a menstruação, sobretudo as mulheres em situação de rua e as presidiárias.

Um levantamento feito em 2018 pela empresa Sempre Livre aponta que 22% das meninas entre 12 e 14 anos não têm acesso a absorventes no Brasil. Dentre as jovens de 15 a 17 anos, 26% não possuem condições de comprar o item. Essa falta é ainda mais acentuada nos presídios femininos, onde as detentas chegam a usar panos velhos, jornais e até miolo de pão para estancar o sangue durante o período menstrual. Além da impossibilidade de realizar suas atividades diante dessa realidade, essas mulheres também ficam sujeitas a complicações de saúde causadas pela falta de higiene.

Não há um sentido ordenado para a criação de medidas capazes de extinguir esse problema. Temos atitudes partindo de diferentes posições espalhadas pelo Brasil. No Rio de Janeiro, a assembleia legislativa incluiu o absorvente na lista dos produtos da cesta básica, visando a diminuição da carga de impostos cobrada sobre o produto. Essa solução também é pautada em outros estados, como no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Distrito Federal e em São Paulo. Já a Câmara do Rio aprovou, em 2019, uma lei que garante a distribuição em escolas públicas do município, mas até o momento não conseguiu implementá-la. Em nível nacional, há dois projetos que tramitam na Câmara Federal: um projeto apresentado em 2019 pela deputada Marília Arraes (PT-PE), que visa à distribuição desses itens nas escolas públicas; e uma segunda proposta apresentada em 2020 pela deputada Tábata Amaral (PDT-SP), que pretende garantir esse fornecimento através das unidades de saúde e também escolas públicas. Todas essas propostas provocaram o aparecimento de diversos enunciados nas suas regiões, mas, tentando delimitar o conteúdo que aqui será analisado, nos limitaremos a analisar aqueles produzidos sobre projetos que se encontram em tramitação na Câmara Federal.

Começamos pela análise de uma entrevista concedida pela deputada Marília Arraes no dia 18 de outubro de 2019 sobre o conteúdo do seu projeto. Além de apontar os danos advindos dessa "pobreza menstrual" e de destacar a relevância da aprovação de sua proposta, a deputada coloca:

A menstruação é cercada de diversos tabus, diversos mitos que ao longo da história fazem com que as mulheres sejam ainda mais alijadas do processo de inclusão social e do seu papel no desenvolvimento. Então, é importante que a gente diga pra todo mundo que se os homens menstruassem provavelmente esse problema não existiria, mas como vivemos numa sociedade em que as leis e todo sistema é pensando somente por homens, até hoje somos somente 15% nessa casa, então realmente isso ainda é um problema para várias mulheres. (Marília Arraes, 2019).

A fala da deputada evidencia que, para se aprovar um projeto como esse, não basta apenas apontar a relevância das medidas propostas, seria necessário desconstruir diversos mecanismos que ao longo da história colocaram assuntos femininos em segundo plano. O enunciado "se os homens menstruassem provavelmente esse problema não existiria" mostra que o tabu em torno da menstruação pôde ser criado por ser algo exclusivo da realidade feminina, assim como revela que essa precariedade só ocorre por ser um "problema de mulher". Essa realidade propositalmente esquecida nos faz pensar sobre como os efeitos do poder atravessaram a formação da identidade feminina. Enxergamos que

o indivíduo não é o outro do poder: é um dos seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito de poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Se hoje uma deputada relata não conseguir colocar como pauta primordial a necessidade de se garantir saúde e dignidade às mulheres, isso ocorre pelo funcionamento de um poder que fez do homem e das suas questões uma prioridade, na medida em que silenciou a mulher e fez da sua identidade o próprio efeito de uma

sociedade machista. Essa identidade construída limita, como apontado por Marília Arraes, a presença da mulher em espaços de poder como é a Câmara Federal.

Esse silenciamento também é destacado pela deputada Tábata Amaral ao colocar que “Pautas femininas são invisíveis e ainda um grande tabu na sociedade”. Não avançamos sequer ao ponto de analisarmos as especificidades do projeto, pois ainda há um esforço para tornar notórios assuntos como o da menstruação. Entretanto, a necessidade até pode não ter sido enxergada, mas a presença da discussão foi logo sentida, gerando posições contrárias ao projeto apresentado. Uma das primeiras e mais duras críticas surge para condenar o gasto com esse fornecimento. Os projetos não especificam a origem dos valores para esses gastos, deixando isso a critério do Governo Federal no momento da implementação. Isso abriu precedentes para que diversos cálculos fossem projetados e divulgados na mídia.

Um dos mais repercutidos foi o apresentado pelo colunista Guilherme Amado na Revista Época e que trouxe como título o seguinte enunciado: “Tábata quer absorventes grátis em locais públicos: R\$ 5 bi por ano”. Ao analisar algo assim, devemos nos atentar ao dito e ao não dito, pensando não apenas nas inúmeras possibilidades disponíveis para se formular essa frase, mas ainda no que foi, a despeito disso, efetivamente dito. Vemos então que o verbo “quer” traz a ideia que o projeto surge por um desejo individual da deputada e não por uma necessidade coletiva, fruto de uma determinação natural. No enunciado, aponta-se não os possíveis benefícios, mas o gasto que isso geraria por ano. A deputada então passou a argumentar sobre o cálculo, mas se tornou alvo de outras colocações, entre as quais destacamos:

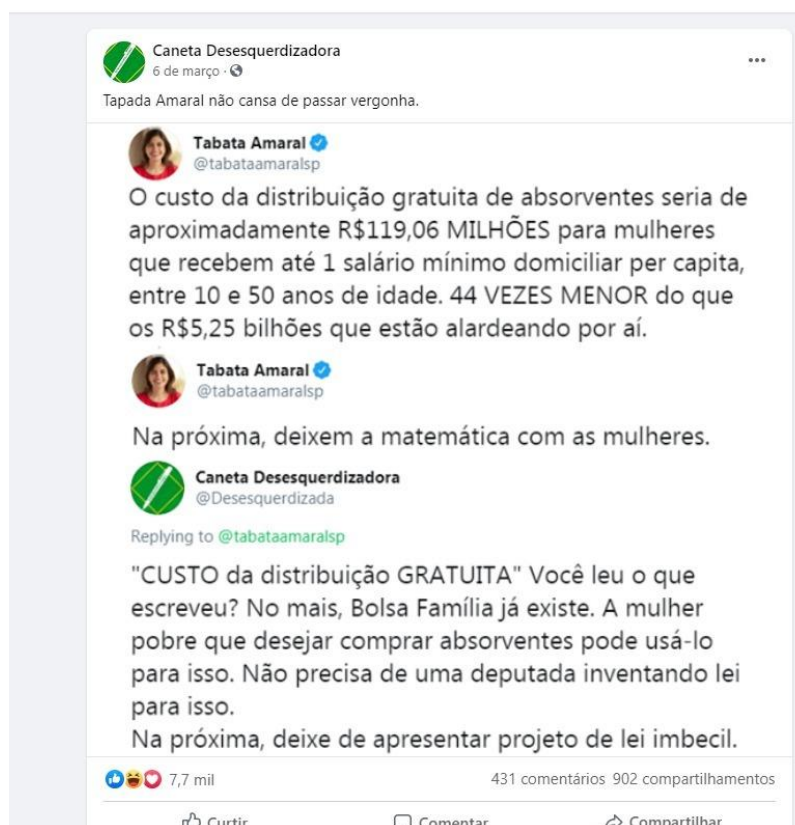


Figura 1 – Caneta desesquerdizadora.

Fonte: <https://www.facebook.com/desesquerdizada/posts/1071307586586511>.

O print acima refere-se a uma discussão ocorrida via Twitter, mas que também foi divulgada no dia 06 de março de 2020 no perfil caneta desesquerdizadora, no Facebook. Na publicação, Tábata aponta que os gastos com a implementação do projeto serão 44 vezes menores do que o valor amplamente divulgado pela imprensa. Em resposta, o perfil, que se apresenta como capaz de desqualificar os discursos provenientes da esquerda brasileira, aponta que a mulher pobre já pode adquirir o produto usando os recursos pagos pelo programa Bolsa Família. Porém, queremos destacar principalmente o trecho: “a mulher pobre que desejar comprar”, pois nele fica evidente como, para determinados grupos, o uso do absorvente é algo opcional e não algo essencial e passa a revelar, mais uma vez, tanto a invisibilidade de questões femininas em nossa sociedade.

A mulher é então destinada “a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 180). Não “desejando” comprar esse item básico de higiene, a mulher limita, regula e controla suas atitudes e atividades em público, pois a falta do absorvente, na realidade brasileira, impede que a mulher frequente a escola, o trabalho, atividades de lazer e qualquer atividade fora do lar. Porém, numa sociedade que ainda sustenta as técnicas de poder que limitam a mulher às atividades domésticas, fica difícil tornar visível algo que a leve a uma realidade diferente. Isso já nos ajuda a atender a publicação feita pela página do Movimento Brasil Livre (MBL) no dia 3 de março de 2020:



Figura 2 – Movimento Brasil Livre

Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/1938453729612094>

Embora o MBL apresente-se como um movimento independente, é interessante notarmos o posicionamento advindo dele, pois há diversos deputados exercendo mandatos atualmente que ganharam visibilidade graças às suas atuações nesse grupo. Dessa forma, o discurso colocado representa não apenas o movimento em si, mas um considerável número de parlamentares. A imagem apresentada, além de trazer uma repetição dos dados já divulgados em outros canais, coloca em destaque o enunciado “Isso é prioridade?”. Mesmo sendo uma pergunta, a sua colocação, acompanhada do dado dos possíveis gastos com a medida, deixa claro que

o intuito não é gerar dúvida, e sim confirmar a irrelevância da proposta e principalmente do tema.

Esse enunciado aponta para questionamentos silenciados e ao mesmo tempo respondidos ao longo da história, tais como: É prioridade dar dignidade e fazer livre a mulher? É prioridade oferecer à mulher condições de trabalho além das atividades domésticas? É prioridade inserir a mulher no mercado de trabalho? É prioridade fazer com que mulheres entendam que seus corpos não são defeituosos e que menstruar é algo normal? As respostas para essas colocações estão e estarão presentes nas relações de poder que se sustentam e que a cada dia estabelecem novas verdades e direitos. Talvez encontremos futuramente respostas diferentes daquelas dadas no momento, mas que só surgirão com o exercício de um poder contrário ao que está estabelecido atualmente. É exercer a resistência com a mesma potência com a qual os dispositivos exercem poder, o que nem de longe pode ser tido como algo fácil.

Um texto publicado no dia 03 de março de 2020 pelo colunista Rodrigo Constantino na Gazeta do Povo questiona a importância do projeto, tentando também descredibilizar o discurso de resistência de grupos feministas que visam a colocar a menstruação como algo biológico. Isso ocorre principalmente no trecho que diz:

Para elas, como se trata de algo da natureza, então é preciso deixar à mostra, sem vergonha. Essas 'progressistas' ainda chegam ao patamar de evolução do meu cachorro, que não usa absorvente e faz suas necessidades em público. Bem natural... (GAZETA DO POVO, 2020).

A discussão acerca da desconstrução do tabu em torno da menstruação é capaz de colocar esse grupo de feministas em comparação aos atos de cachorros. Mais um enunciado capaz de nos revelar que a desnaturalização dos discursos acerca da menstruação ainda encontra enorme resistência.

Mas como se comporta o Estado diante dessa problemática? A exposição de todos esses discursos antes de falarmos de governo foi algo proposital. Visamos reafirmar que:

A questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado. (FOUCAULT, 1979, p. 221).

Entender isso nos possibilita enxergar o porquê do Estado não ter meios para simplesmente impor uma lei que estabeleça o fornecimento de absorventes gratuitos, ao mesmo tempo em que há uma infinidade de dispositivos de poder difundindo discursos que se opõem a tal necessidade.

Entretanto, como já exposto, isso não tira ou diminui o papel do Estado como instituição capaz de regular e disciplinar o corpo da mulher. Atualmente, o governo tem atuado através daquilo que Foucault chamou de biopoder. Ele aparece como um poder de regulamentação que consiste em fazer viver e em deixar morrer determinada população. Diante disso, ao não garantir o fornecimento de absorventes a todas as mulheres brasileiras, mesmo sendo possível detectar essa necessidade, ele determina o viver e o morrer da mulher, ambos não somente no

sentido de existir. Ora, se não há uma atuação para garantir que a mulher possa ter melhores condições de saúde, de dignidade e liberdade, há então uma determinação do modo como essa mulher pode viver e se poderá viver. Da mesma maneira, existindo a omissão diante da possibilidade do surgimento de uma doença, da saída de sua vida em sociedade e até mesmo do comprometimento do seu bem estar, o Estado está sim permitindo a morte dessa população feminina.

Vemos, então, como até mesmo a falta de atuação do Estado já pode ser vista como um poder capaz de regulamentar a vida da mulher. O governo que tanto viabiliza medidas capazes de proporcionar saúde coletiva, através de vacinações, campanhas de conscientização, organização de hospitais e profissionais da saúde, dentre outras medidas, tornou-se indiferente à vida da mulher. Dentro dessa visão biopolítica, o Estado não age sozinho quando escolhe que, diante das possibilidades em gerar vida, pode “deixar morrer” as mulheres e sua presença no meio social. Como visto, há toda uma rede de poder que autoriza essa decisão.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo problematizar os dispositivos, este conjunto heterogêneo que contempla discursos, instituições, leis, Estado, que direta ou indiretamente possibilitaram, ao longo da história, disciplinar, regular e moldar o corpo e a vida das mulheres. Ademais, demonstramos como essa realidade viabiliza a colocação da menstruação como um novo dispositivo que exerce poder sobre o corpo feminino.

A análise dos discursos em torno dos projetos de lei que visam à distribuição de absorvente higiênicos foi suficiente para entendermos como antigas “verdades” passam a ser aplicadas através de novas técnicas de poder. E como essa retomada impossibilita o entendimento da necessidade de se viabilizar medidas como essas.

O presente trabalho nos mostra como nada do que é posto, principalmente quando envolve a figura feminina, está livre dos inúmeros mecanismos de poder que atuam em nossa sociedade. Porém, também nos comprova que é por meio dessas investigações do exercício do poder e dos seus efeitos, que será possível construir novas possibilidades de resistência.

Referências

ABSORVENTE PARA ESTANCAR A SANGRIA FISCAL, TABATA! Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/absorvente-para-estancar-a-sangria-fiscal-tabata/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

CANETA DESEQUERDIZADORA. Disponível em: <https://www.facebook.com/desesquerdizada/posts/1071307586586511>. Acesso em: 25 jan. 2021.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história.* Dourados: Ed. UFGD, 2014.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. RECOMENDAÇÃO Nº 21, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a->

informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon21.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. Em defesa da sociedade. In: *Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. vol. I. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEI Nº 6603, DE 3 DE JUNHO DE 2019. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2019/661/6603/lei-ordinaria-n-6603-2019-dispoe-sobre-o-fornecimento-de-absorventes-higienicos-nas-escolas-publicas-do-municipio-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Disponível em:

<https://www.facebook.com/mblivre/posts/1938453729612094>. Acesso em: 25 jan. 2021.

POBREZA MENSTRUAL: um problema que afeta desde presidiárias a estudantes. Disponível em: <https://ponte.org/pobreza-menstrual-um-problema-que-afeta-desde-presidiarias-a-estudantes/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

PROJETO DE LEI N.º 4.968, DE 2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9A41CF528E5961359A275244D52268C1.proposicoesWebExterno1?codteor=1810828&filename=A vulso+-PL+4968/2019#:~:text=Em%20junho%20de%202019%2C%20entrou,%C3%A0%20aprecia%C3%A7%C3%A3o%20da%20C%C3%A2mara%20Municipal. Acesso em: 18 jan. 2021.

PROJETO DE LEI Nº 428, DE 2020. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01xsiqgpbqgq1psnnp6cj3nba34640775.node0?codteor=1861704&filename=PL+428/2020. Acesso em: 18 jan. 2021.

PROJETO QUE PREVÊ ABSORVENTE DE GRAÇA UNE BANCADA FEMININA. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/projeto-que-preve-absorvente-de-graca-une-bancada-feminina/>. Acesso em: 18 jan. de 2021.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

TÁBATA QUER ABSORVENTES GRÁTIS EM LOCAIS PÚBLICOS: R\$ 5 BI POR ANO. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/tabata-quer-absorventes-gratis-em-locais-publicos-5-bi-por-ano-24283461>. Acesso em: 18 jan. 2021.

VÍDEO: *Marília Arraes defende distribuição gratuita de absorventes em escolas públicas*.

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=i9EB2Qmmyxk&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados. Acesso em: 26 jan. 2021.

WITZEL, Denise Gabriel. Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários. *Alfa: Revista de Linguística* (São José do Rio Preto), v. 58 (3), p. 525-539, 2014.

Para citar este artigo

SOUSA, Jacyane Dantas de. Os dispositivos de controle do corpo feminino: uma análise a partir dos enunciados sobre os projetos de distribuição de absorventes no Brasil. *Miguilim – Revista eletrônica do Netlli*, Crato, v. 11, n. 2, p. 444-458, maio-ago. 2022.

A autora

Jacyane Dantas de Sousa é mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING - UFPB), com ênfase em Linguística e Práticas Sociais. Graduada em Letras (Português) pela Universidade Federal da Paraíba. Atuante no grupo de pesquisa Observatório do Discurso (CNPQ).